

Os primórdios da cooperativa agrícola de Tiriri¹

Christine Rufino DABAT*

Resumo: Este artigo trata do início da Cooperativa Agrícola de Tiriri, Pernambuco, no começo dos anos sessenta quando sua criação levantou grandes esperanças, nos mais diversos setores da opinião, a respeito da possibilidade de encontrar respostas pacíficas às crescentes tensões sociais no meio rural.

Abstract: This article deals with the beginnings of Tiriri Agricultural Cooperative, Pernambuco, in the early 60's, when its foundation fostered great hopes in many public opinion sectors, as to the possibility of finding peaceful answers to growing rural social tensions.

Desde sua fundação, no início dos anos 60, a Cooperativa Agrícola de Tiriri atraiu muita atenção. Experiência piloto entre trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, ela se tornou rapidamente um símbolo. Para o governo federal, seu patrocinador, ela constituía uma espécie de laboratório destinado a testar uma nova fórmula de organização da produção entre canavieiros aos quais se dava acesso à terra. Faltava experiência a este respeito, e a cooperativa surgia precisamente num momento em que amplos setores da sociedade, encaravam uma reforma agrária como indispensável: para modernizar a agricultura, a grande propriedade aparecendo então como retrógrada, até mesmo em termos econômicos; indispensável também para acalmar os espíritos pois "confusões" surgiam no meio rural com a emergência dos sindicatos, mas sobretudo com a ação das Ligas Camponesas.²

Recuperada após o golpe militar de 1964 e sofrendo mudanças forçadas nos seus efetivos em concordância com a nova situação, a Cooperativa de Tiriri foi obrigada a modificar as premissas da experiência, abandonando a produção coletiva. Ela passou também a atuar em vários municípios,³ comprando engenhos e usinas, sempre graças à prodigalidade das autoridades federais. Esta reconversão ideológica e expansão geográfica e setorial da empresa tiveram conseqüências importantes sobre a composição

* Doutoranda em História pela Universidade de Genebra, Suíça

do conjunto de associados: bom número dos membros fundadores sendo substituídos por pessoas às vezes sem qualquer ligação com o meio rural.

Em razão da sua falência econômica, de intervenções administrativas sucessivas, bem como de condenações na Justiça do Trabalho, a cooperativa é tida como um fracasso. Contudo este julgamento está sendo alargado retrospectivamente a toda sua existência e dotado - pouco inocentemente - de conotações inferindo um resultado inelutável: pelas suas características intrínsecas, a experiência estaria fadada ao insucesso. O engenho Galiléia e as cooperativas de Caxangá⁴ e de Tiriri, embora iniciativas muito diferentes entre si, são muitas vezes associados para compor um tríptico de tentativas formando um conjunto ou uma repetição de fracassos fornecendo a prova irrefutável e definitiva de que a Reforma Agrária, ou qualquer outra reorganização democratizante da produção na zona canavieira de Pernambuco é inviável. Em outros termos, os canavieiros seriam incapazes, não preparados e/ou não dispostos a assumirem a organização da produção.

Embora notável pela sua duração, pela vastidão das terras abrangidas e populações contempladas, é sua função política, ideológica e simbólica na região que confere à Cooperativa de Tiriri sua originalidade; pois, a cada episódio de sua tumultuada história, atribuiu-se-lhe um papel singular na cena política do momento, principalmente em relação à questão da reforma agrária. A utilização política do seu itinerário e de seus resultados torna-a uma ocasião para debates, transforma-a em argumento toda vez que se trata de colocar em causa a estrutura fundiária, a organização da produção ou as relações de trabalho na região canavieira. Modelo ou contra-modelo, exemplo a ser seguido ou evitado, ela nunca é, de fato, uma simples cooperativa de produção agrícola. As interpretações e opiniões a respeito são veementemente opostas, a documentação de acesso precário, tornando sua abordagem histórica mais complexa e mais desafiadora.

Três fases pontuam a história da cooperativa de Tiriri: a primeira limita-se ao ano inicial de sua existência, da fundação até o golpe militar de 1964; a segunda compreende sua retomada pelas elites tradicionais da região, e o parcelamento das terras em 1968; a terceira comporta a extensão industrial de suas atividades, com a compra das usinas de Mussurepe e Serro Azul (a partir de 1978). Apenas a primeira fase será abordada aqui, momento geralmente evocado de forma pouco detalhada apesar da originalidade dessa experiência numa época de rara efervescência política e social. Os trabalhos acadêmicos⁵ sobre Tiriri têm muitas vezes o mérito de basear-se em entrevistas com os lotistas, procurando determinar o relativo sucesso ou insucesso (individual e/ou coletivo) da cooperativa em termos econômicos. Graças aos depoimentos de pessoas que participaram, a diversos títulos, de

seu destino desde o início, propõe-se nestas páginas resgatar os primórdios da cooperativa.⁶

1. A CRIAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI

"A luta em favor do acesso à terra, pelos que a trabalham de sol a sol, é uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. Seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos. A questão da terra no Brasil deve ser resolvida evidentemente de acordo com as características próprias de cada região. Há pessoas que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que não percamos o sono diante do panorama social do país, onde o povo pobre luta para viver em um território potencialmente poderoso. O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite uma revisão nas relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural para que se possa libertar o problema agrário de seus seculares entraves, para que se proporcione maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, e para adotar-se no País uma agricultura moderna e mecanizada de alto rendimento econômico.(...) Ou se faz a Reforma Agrária imediatamente, ou a revolução estará nas ruas."

João Goulart⁷

O contexto

Monocultura e concentração fundiária é o binômio clássico caracterizando a situação sócio-econômica na zona canavieira de Pernambuco desde a conquista e colonização portuguesas; ele acompanhou o confisco armado das terras ameríndias em prol das grandes dinastias açucareiras cuja permanência no poder e práticas endógamas garantiram-lhes, no decorrer dos séculos, a exclusividade deste apanágio. Estas feições manifestam particular intensidade na região sul da Zona da Mata, onde se situa justamente o lugar de origem da Cooperativa de Tiriri. Ademais pesa sobre a região a herança recente da escravidão. A abolição adotada pelas elites brasileiras, não transformou inteiramente as concepções dominantes quanto às relações entre donos da terra e aqueles que a trabalhavam. Sem imigração estrangeira (explicitamente recusada), a modernização social com o assalariamento e

técnico com a instalação das usinas, foi apenas, segundo a feliz denominação dada por Peter Eisenberg, uma "modernização sem mudança".⁸

Na época da criação da Cooperativa de Tiriri, a miséria dos trabalhadores rurais da região, a precariedade de suas condições de vida e de trabalho eram denunciadas por personalidades tão famosas quanto Josué de Castro;⁹ Celso Furtado, então superintendente da SUDENE, dava as dimensões deste drama humano mostrando o que ele tinha de paradoxal: "Na zona mais rica do Nordeste, chamada 'Zona da Mata', 95% da população é desnutrida, não recebendo alimentos suficientes para um dia normal de trabalho."¹⁰ Estas considerações, aliadas a outros problemas particulares do Nordeste, tornavam a região objeto da atenção inquieta das autoridades; a gravidade da situação não permitia hesitar sobre a envergadura das medidas a serem tomadas: "Não é possível pensar numa solução para o Nordeste sem Revolução", continuava Furtado, "Estamos criando as condições para que seja uma revolução branca."¹¹ O título do notável livro de Joseph Page, *A Revolução que Nunca Houve*,¹² evoca precisamente o clima político que reinava na época da fundação da cooperativa de Tiriri. Visitando então a região, ele conta: "As pessoas não estavam mais perguntando se haveria uma revolução, mas sim quando ela aconteceria e qual a direção que tomaria."¹³ Segundo a opinião dos observadores, inclusive estrangeiros,¹⁴ uma revolução social de origem camponesa era muito provável no Nordeste no início dos anos 60; tal interpretação de fatos finalmente limitados, tanto no seu âmbito geográfico quanto nas suas consequências sociais e políticas, devia muito de sua credibilidade à recente história de Cuba e às opções cada vez mais radicais de seus dirigentes, sobretudo em relação à organização da produção agrícola.

Com efeito, a forte dominante açucararia da produção cubana, bem como a questão do mercado norte americano de açúcar, tendiam a tornar mais plausível ainda uma aproximação - para não dizer uma assimilação - da situação nessas duas regiões tropicais e exportadoras de açúcar: Cuba e a zona canavieira do Nordeste brasileiro apresentavam feições parecidas que tornavam mais fáceis as predições - desejadas ou temidas - de um destino similar. Antes mesmo da aventura de Che Guevara na Bolívia, os governos norte-americano e brasileiro temiam um fenômeno de contágio capaz de ameaçar a ordem existente no continente. Os jornais publicavam alertas contra o perigo de "cubanização"¹⁵ da região, com uma frequência um tanto suspeita. Assim, o discurso reinante de guerra fria, diretamente importado da América do Norte, impregnava-se de um sabor tropical sem perder nada de sua conhecida virulência.

O ponto central da questão social no meio rural brasileiro dizia respeito à propriedade da terra, ou seja à necessidade de transformar a "estrutura fundiária arcaica" herdada da colonização.¹⁶ Na zona canavieira de Pernambuco, sobretudo na sua parte sul, a concentração fundiária atingia taxas extraordinárias. Ademais a densidade de população e a miséria dos trabalhadores rurais compunham um conjunto considerado explosivo; nos anos 50 e 60, época em que o Proálcool não tinha devolvido ainda seu brasão de modernidade à agroindústria açucararia, a organização da produção e a distribuição da propriedade em tão poucas mãos eram tidas como obsoletas.

O respeito às liberdades democráticas sendo assegurado de maneira inédita pelas autoridades estaduais e federais, as formas de organização e de agitação políticas floresciam e se diversificavam, ao mesmo tempo em que ganhavam em audiência e sobretudo em visibilidade. Esta efervescência social atraía também as forças políticas constituídas: correntes da igreja católica disputavam o terreno sindical rural com as Ligas Camponesas de um lado e, do outro lado, com o temido embora muito legalista Partido Comunista. A miséria, o desemprego sazonal mas sobretudo as ameaças crescentes de demissões em massa, em decorrência das melhorias trabalhistas concedidas ao homem do campo, preocupavam as autoridades tanto a nível nacional quanto local.

A idéia dominando a maioria dos discursos era a necessidade de criar fórmulas que sejam viáveis economicamente mas também capazes de gerar relações harmoniosas entre as classes, promovendo "*o entendimento entre patrões e empregados 'sem se recorrer a reformas anticristãs e antidemocráticas.*"¹⁷ Até os meios acadêmicos¹⁸ participavam de debates, amplificados pela imprensa, sobre as melhores soluções possíveis, esta questão sendo tratada com um tom de urgência que anunciava catástrofes iminentes, caso medidas adequadas não fossem adotadas; a natureza e escala destas variava naturalmente de acordo com os autores.

Em suma, parecia inevitável garantir o acesso à terra das massas rurais da região, cuja rebelião vislumbrava-se: no sentido da justiça social para alguns; de uma operação preventiva para evitar perturbações sociais, para outros; ou ainda rumo à modernização do uso do solo, útil para o progresso econômico nacional, segundo os técnicos encarregados dos programas de desenvolvimento; sob diversas modalidades, então, esta idéia encontrava defensores, até mesmo entre as potenciais "vítimas" de tais medidas (parciais e paliativas na maioria das proposições enunciadas¹⁹), como o governador (e usineiro) Cid Sampaio. Ao louvar a ação da Companhia de Revenda e Colonização (CRC),²⁰ ele afirmava: "*no final do meu governo não haverá mais qualquer problema de reforma agrária em*

Pernambuco."²¹ O usineiro Armando Monteiro Filho, quando Ministro da Agricultura, declarava à imprensa do Sul do país: "*A Reforma Agrária, que se impõe como inadiável, é um movimento que resulta do desajuste social.*"²² Obviamente, os termos de "*Reforma Agrária*" ou ainda "*Revisão Agrária*" abrangiam um grande elenco de propostas: desde a "*abolição da grande propriedade*" reivindicada pelas frações mais radicais do movimento camponês, até a tímida desapropriação de estreitas faixas ribeirinhas dos rios, açudes e rodovias projetada pelo governo Goulart. No entanto, a preocupação em encontrar uma solução social, se possível negociada, era compartilhada por muitos.

A Cooperativa de Tiriri nasceu então como um exemplo de resolução pacífica de tais problemas, ao mesmo tempo social e economicamente satisfatória; esperava-se desta experiência que ela fornecesse um modelo aplicável à regiões onde o clima social fosse considerado como particularmente tenso. Mas ela resultou também da conjunção de fatos singulares no contexto imediato do seu início.

Os atores

Pequenos produtores, ocupando as terras da Rede Ferroviária do Nordeste²³ e ameaçados de expulsão pelo crescimento industrial do Cabo, pediram ao vigário do município, Antônio Melo, que fosse seu intermediário junto às autoridades para assegurar sua permanência nessas terras.

Os trabalhadores rurais do engenho Tiriri e de vários outros engenhos pertencendo aos mesmos proprietários, encontravam-se em situação de conflito com estes quanto ao respeito das novas normas salariais e trabalhistas;²⁴ organizados em Liga Camponesa desde vários anos, eles tinham ligações estreitas com o movimento sindical então em formação e com militantes políticos que os colocavam a par das novas perspectivas oferecidas pela conjuntura nacional; estavam prontos a lutar, mas também a tentar um novo empreendimento, algo que poderia garantir-lhes um futuro menos desesperador do que o destino miserável dos cortadores de cana da região.

Os proprietários usineiros, dois jovens irmãos, Rui e Valter Cardoso, recém herdeiros de duas usinas e vários engenhos - embora não pertencessem à aristocracia açucararia²⁵ - declaravam ter dificuldades em assumir as responsabilidades financeiras que lhes cabiam com as novas normas de pagamento dos assalariados rurais.²⁶ Cidadinos e preferindo a atividade industrial, os irmãos Cardoso mostraram-se sensíveis às vantagens econômicas da proposta que a SUDENE lhes fez em nome dos trabalhadores: a locação das terras de cinco engenhos, mediante um contrato apresentado como lucrativo para ambas as partes.²⁷

Eles tiveram no entanto que resistir às pressões dos seus colegas usineiros e plantadores,²⁸ para os quais tal solução - entregar a parte agrícola da produção de açúcar nas mãos dos canavieiros, renunciando desta feita, mesmo parcialmente, ao monopólio da terra e da atividade agro-industrial - era mais do que um procedimento questionável, capaz de engendrar um precedente embaraçoso: tratava-se de uma heresia, de um perigoso 'sacrilégio'.²⁹ Defendendo sua escolha em nome da livre empresa, os irmãos Cardoso frisavam: "*Há, entre os camponeses, uma forte dose de entusiasmo e otimismo, (...) e creio no desenvolvimento da cooperativa, sobretudo porque acredito na capacidade do nosso camponês.*"³⁰

O Pe Melo, paroco do Cabo, conseguia atrair discípulos entre os jovens e os camponeses³¹ com um discurso populista de coloração fascista e contava com fortes apoios nas mais altas esferas políticas. Eloquentemente, pregava a organização dos trabalhadores em sindicatos, segundo os ensinamentos do papa João XXIII,³² contra ambos comunistas - particularmente para limitar a influência crescente do Partido Comunista na Mata Sul, sob a liderança prestigiosa de Gregório Bezerra - e capitalistas. "*Nunca fui de esquerda. Nem esquerda, nem direita, nem centro. Não sou jogador de futebol.*"³³ Apresentando-se como um inovador, ele afirmava ser o único a falar em reformas indispensáveis para sair do "*primitivismo*" que caracterizava a atividade agrícola na região.³⁴ "*Os reacionários não falam por medo, e as esquerdas por tática.*"³⁵ Prevendo uma "*revolução que deverá ser feita: as circunstâncias dirão como*", ele anunciava à imprensa que "*milhares de camponeses marcharão sobre Brasília*" baixo seu comando,³⁶ dando assim a medida do papel que pretendia jogar no drama social e político em curso. Uma reforma agrária moderada teria de "*ampliar este direito de propriedade, chamando outras parcelas da população a defendê-lo também.*"³⁷ Contrário à exploração coletiva da terra, ele aceitava a fórmula cooperativa para os canavieiros, tornando-os "*proprietários de cana e eles não seriam, então, empregados da usina mas proprietários da cana; seriam fornecedores da cana.*"³⁸ Mais tarde, ele justificaria a aquisição de usinas com o mesmo argumento da ascensão social aparente, pois "*os camponeses também [seriam] usineiros.*" Embora o Pe Melo tenha apenas conduzido a cooperativa - por intermédio de outra pessoa - de 1968 a 1982, ele exerceu uma influência inegável sobre seu destino e, mais amplamente, sobre o meio rural nesta região.

As autoridades federais, no mais alto nível, manifestaram interesse pela experiência com generosa solicitude: o Presidente da República, João Goulart, e o Superintendente da SUDENE, Celso Furtado associavam estreitamente o destino nacional e regional à modernização da economia e à

resolução da questão social. As tensões entre plantadores e trabalhadores rurais, frutos lamentáveis do 'atraso' da região, contavam entre as tarefas prioritárias da SUDENE; era preciso procurar atingir as causas profundas desta situação para permitir que finalmente ecloda o tão desejado desenvolvimento econômico e social.

O surgimento de diversas formas de organização dos canavieiros, Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, envolvia também o poder público na medida em que a estrutura sindical brasileira de inspiração mussoliniana o exigia, mas também porque as autoridades federais haviam decidido favorecer o mais rápida e amplamente possível a sindicalização dos trabalhadores rurais. A influência e a responsabilidade do Estado federal encontravam-se portanto diversamente engajados na região. Procurando soluções de compromisso, social bem como politicamente satisfatórias para as forças ascendentes, as autoridades federais encontraram plantadores-usineiros dispostos a colaborar com um projeto que podia conseqüentemente ser apresentado como aceitável para todas as partes. Entre os prestigiosos 'padrinhos' da Cooperativa Tiriri, o Presidente João Goulart a designava como "*uma etapa intermediária para a Reforma Agrária.*"³⁹ Por sua vez, esta participava do conjunto de medidas chamadas 'reformas de base' estreitamente associadas à defesa do regime democrático. "*O povo só acredita na democracia se esta é o instrumento de suas reivindicações e conquistas.*"⁴⁰ As cooperativas entravam no rol das ações consideradas prioritárias e encontravam a aprovação dos mais diversos setores, inclusive da igreja e dos meios acadêmicos.⁴¹

As autoridades do Estado, com o governo Arraes, manifestaram-se muito favoráveis à Cooperativa, embora sua ação direta fosse mais modesta. Algumas pessoas-chaves no processo de estruturação e iniciação do projeto, como Jader de Andrade e Socorro Ferraz,⁴² faziam parte da equipe governamental. A benevolência e o apoio que as autoridades do Estado manifestavam em relação às iniciativas populares no campo social, político e cultural, contribuiu para criar um clima de emulação em harmonia com a experiência de Tiriri. Entre as medidas mais apreciadas estava a nova orientação dada à força policial: "*Pela primeira vez na história de Pernambuco, a polícia atuou no sentido de manter a ordem justa sem espancar nem prender camponeses.*"⁴³

A equipe de apoio inicial, organizada pela SUDENE, era composta de quadros técnicos devotados, muitas vezes militantes de esquerda,⁴⁴ animados de um espírito de modernidade social quando não propriamente de um projeto socialista. Alguns deles tinham lançado iniciativas políticas e sociais na área rural antes mesmo da intervenção oficial da SUDENE; sua

atuação militante coincidiu então com um projeto ao qual se dedicaram com um empenho e uma compreensão do contexto sem dúvida extremamente benéficos. A Cooperativa de Tiriri era a ocasião de fazer progredir simultaneamente a consciência e o nível de vida dos trabalhadores, estimulando a sua capacidade de organização não apenas política, mas também produtiva.

Deste modo, a cooperativa nasceu de uma convergência de interesses que não excluía as ambigüidades, nem os antagonismos existentes ou potenciais.

2. A PRIMEIRA FASE DA COOPERATIVA DE TIRIRI 1963-1964

As condições de sua fundação

"Toda a riqueza que o Senhor vê nos campos de açúcar, meu Presidente, foi o camponês quem tirou da terra, pois ele planta a cana, limpa, colhe, cambita, carrega e entrega à usina que tira o açúcar que é a riqueza."

João Francisco, representante dos trabalhadores, saudando João Goulart⁴⁵

O acaso favorecendo sua função simbólica, a Cooperativa de Tiriri foi inaugurada na casa grande do engenho Massangana, onde nasceu o famoso abolicionista Joaquim Nabuco, coincidência devidamente lembrada por uma placa de bronze encomendada pelos usineiros: *"Nas terras de massapé do velho engenho Massangana, onde Joaquim Nabuco viveu a infância e inspirou-se para a campanha libertária dos escravos, realizou-se, hoje, um século depois, a campanha libertária de terras sob a inspiração do Presidente João Goulart, através da SUDENE e do entendimento cristão e democrático dos trabalhadores rurais e dos proprietários deste engenho. 30.7.1963."*⁴⁶

A assinatura oficial do contrato de locação das terras da Cooperativa de Tiriri, foi marcada por festividades notáveis pela envergadura que as autoridades quiseram dar ao acontecimento: *"Para a inauguração da cooperativa, veio o Presidente João Goulart; tinha também Tancredo Neves. Ele era ministro na época. E o governador Miguel Arraes; foi uma festa muito grande no engenho Massangana!"*⁴⁷ Imagens filmadas na

época,⁴⁸ registraram a alegria dos trabalhadores que aí se reuniram para participar do evento.

Fundada em 24 de abril de 1963 a Cooperativa de Tiriri compreendia cinco engenhos: Tiriri, Algodão, Serraria, Massangana e Jasmin,⁴⁹ alugados aos proprietários das usinas de Santo Inácio e Salgado; ou seja ao todo 4.900 ha, com em torno de 400 famílias de trabalhadores rurais.⁵⁰ Uma cláusula assegurava o emprego na cooperativa de todos os moradores de suas terras. Uma cota de 32.000 toneladas de cana lhe era reservada na usina Santo Inácio. O aluguel dos engenhos correspondia a 5% do valor da produção, a concorrência da cota estabelecida, sendo estipulado que podiam ser moídos até 30% acima desta, sem acréscimo no aluguel.⁵¹

Os eventos levando à fundação de Tiriri aceleraram-se quando os proprietários da usina Santo Inácio anunciaram que, não podendo assumir os encargos salariais relativos aos seus trabalhadores rurais, eles encaravam sua demissão em massa como uma solução.⁵² O Pe. Melo, já envolvido com os ocupantes das terras da Rede Ferroviária, ofereceu-se para conciliar as partes e evitar tanto a demissão de trabalhadores quanto as consequências financeiras graves que os proprietários enfrentariam para indenizá-los. Até o golpe militar de 1964, o Pe. Melo manteve-se numa posição de "*mediador quando havia conflitos com os patrões*."⁵³ No entanto, embora este papel fosse considerado indesejável por parte dos atores, sua presença servia de caução e contribuía a tornar a experiência mais aceitável não apenas para os proprietários, mas para parte da opinião pública.

A pedido dos trabalhadores, a equipe da SUDENE constituiu-se no seu avalista e principal fonte de orientação: a cooperativa tomou-se um modelo, uma experiência piloto onde deveriam ser testadas as soluções então consideradas as mais avançadas em matéria de relações sociais.

As realizações da Cooperativa de Tiriri

Embora o julgamento pronunciado a posteriori sobre Tiriri seja de fracasso, as pessoas que participaram desta primeira fase fornecem informações que permitem desafiar esta sentença e traçar um retrato muito vivo dos primeiros doze meses da cooperativa.

As formas de organização

A primeira decisão dos associados foi determinante: monocultura coletiva da cana de açúcar, como em Cuba, onde foram levantados dados a respeito da experiência de coletivização em curso. O fato de manter a monocultura canavieira não foi questionado, pois a cana continuava sendo sinônimo de riqueza; a opção coletivista de base, por estranha que fosse às

tradições locais e ameaçadora que possa parecer a alguns, foi considerada por muitos como uma consequência lógica da atividade açucararia que só poderia ser eficiente em grandes extensões. *"A opção de continuar com a cana, foi ligada a uma opção de não dividir a terra: não se faria uma reforma agrária no sentido da divisão da propriedade."*⁵⁴ A decisão de não parcelar as terras apoiava-se também num raciocínio divulgado a respeito das propostas de Reforma Agrária: *"É inútil quadricular o mapa do País e sair distribuindo quintais a todo mundo"*⁵⁵ escrevia Antônio Callado. Tanto mais assim que os dirigentes da SUDENE previam um futuro mais ambicioso ainda para a cooperativa. *"Pois a idéia de Jader de Andrade era de agregar a usina à experiência."*⁵⁶

É interessante notar que pontos de vistas os mais diversos rendiam-se a uma certa exigência considerada como intrínseca à cultura da cana: a necessidade da grande extensão das unidades produtivas. Tanto Francisco Julião⁵⁷ - falando de "cooperativas superiores" em alusão à experiência chinesa - quanto o Pe. Melo - sugerindo a cooperativa de comercialização - insistiam na impossibilidade de praticar (ou comercializar) esta cultura com destino industrial em pequena escala. Além disto, os mais politizados dos técnicos temiam a parcelização das terras por constituir um grande perigo para a coesão do grupo de associados. *"Seria politicamente horrível, uma luta fratricida entre eles"*, alerta Socorro Ferraz, *"achei mais correto que todos os engenhos pertencessem à cooperativa e essa cooperativa ficaria com uma direção onde os associados iriam se revezando."*

Organização e remuneração do trabalho

Numa região onde o descumprimento das normas trabalhistas é a regra até hoje, o simples respeito dos direitos trabalhistas tornava os associados de Tiriri privilegiados em relação aos seus colegas. *"Era um exemplo para os outros"*:⁵⁸ recebiam salários segundo as normas clássicas de remuneração na cana, ou seja por produção; parte dos excedentes era distribuída aos melhores trabalhadores, incentivando o desempenho individual.⁵⁹ Somavam-se ainda os benefícios que o fundo comum da cooperativa proporcionava ao conjunto dos associados em termos de melhoria das condições de vida e de trabalho. Os trabalhadores de outros engenhos vinham com freqüência verificar por si mesmos estes resultados.

Preocupados em assegurar um máximo de eficiência produtiva a sua empresa, os associados resolveram manter a organização e divisão do trabalho nos moldes anteriores; à diferença fundamental que o cabo e chefe de campo eram doravante trabalhadores eleitos e revogáveis.⁶⁰ As mudanças imediatas limitaram-se à exclusão das crianças até doze anos do trabalho nos

canaviais, embora isto constituísse uma perda em termos de ganho familiar, pois costumavam ajudar os pais na tarefa desde muita tenra idade, compondo e amarrando os feixes de cana. O trabalho das mulheres na cana era igualmente mal visto pela maioria dos associados por ser penoso demais. Outras atividades produtivas organizadas pelos técnicos da SUDENE foram-lhes então oferecidas como a confecção de roupas, de doces etc. "*Os membros da cooperativa queriam manter a divisão do trabalho.*" Observadora atenta, Socorro Ferraz não deixou de notar a reação de algumas associadas que discordavam deste ponto de vista pouco inovador: "*Algumas, mesmo casadas, queriam ficar trabalhando no campo porque elas recebiam seu dinheiro a parte. Mas não era a maioria. Elas ganhavam por tarefa, mas a quantidade de trabalho sempre era menor.*"

Educação

A educação, informação e formação profissional eram objeto de atenções assíduas. O projeto dependia em boa medida da capacitação dos associados, não apenas em técnicas artesanais ou agrônômicas novas, mas também na área de contabilidade e gestão indispensáveis ao bom funcionamento da cooperativa. A alfabetização das crianças e dos adultos foi vigorosamente encorajada e beneficiava-se dos métodos mais modernos. Uma filha de Paulo Freire coordenava a parte pedagógica da experiência. "*Acho que um dos primeiros lugares onde foi provado objetivamente o método Paulo Freire foi lá, em Tiriri, com Madalena.*"⁶¹ A alfabetização era um meio privilegiado de conscientização política.

Apesar da modernidade dos métodos e do seu entusiasmo, os educadores enfrentavam às vezes incredulidade e falta de interesse: "*Alguns camponeses reagiam a isto porque quando os chamávamos, eles diziam: 'O que vai mudar se eu aprender a ler; vou deixar de trabalhar na enxada; para trabalhar na enxada, não preciso ler nem escrever; meus pais também não sabiam ler nem escrever, e não vou precisar, porque isto não vai mudar minha vida.'*"⁶² Mas tratando-se das crianças, a vontade de providenciar-lhes uma instrução básica era unânime. A educação formal parecia aos canavieiros o caminho mais seguro para permitir que seus filhos alcançassem um futuro melhor. Uma das primeiras iniciativas dos associados, como conjunto, foi a reforma e construção de escolas. A formação profissional especializada de alguns deles em prol do bem comum era outro aspecto aprovado sem reservas: o aprendizado de técnicas agrícolas novas, a introdução de culturas (sobretudo na fruticultura), ou um treinamento de parteira, no Recife, para uma trabalhadora que vinha ajudando suas vizinhas a dar à luz etc.

Como o sublinha Socorro Ferraz, "*De um certo modo o que tinha por trás do trabalho de alfabetização e de politização, era aquela idéia iluminista da Razão e do Progresso e da Razão marxista; na realidade nós não tínhamos a percepção disto; mostrávamos a eles que iam ter Progresso aprendendo a ler e a escrever. Sairiam pelo menos daquela situação de ignorância total. Mas eu não sei se de fato esta reação, a de não aprender a ler e escrever, é uma questão... até, uma forma de repúdio ao estabelecido... ou se de fato era uma falta de perspectiva e de visão.*" A falta de conhecimento - do mundo em geral, do mundo urbano em particular -, o apego aos modos antigos de comportamento⁶³ podiam ser considerados como uma defasagem a ser corrigida; para os técnicos politizados, isto não acarretava julgamento de valor algum sobre os associados: "*Nós éramos de diferentes histórias, tempos históricos completamente diferentes.*"⁶⁴

Priorizando a educação básica e a formação profissional, os técnicos procuravam também providenciar conhecimentos gerais, informações sobre a atualidade etc., o que permitiriam uma inserção individual e coletiva melhor dos associados na sociedade maior e contribuiriam para o sucesso do empreendimento. Pois a assistência da SUDENE era temporária e deveria ser substituída pelos próprios associados, inclusive nas áreas mais difíceis para eles da gestão contábil e das relações financeiras com o 'exterior'.⁶⁵

Saúde

Entre os novos conhecimentos, a educação sanitária ocupava um lugar de destaque, pois as condições de saúde alarmantes destas populações as colocavam a mercê de afeções que para pessoas bem alimentadas seriam apenas benignas. Além da assistência médica dispensada e organizada pelo médico Fernando Barbosa, a equipe da SUDENE divulgava informações básicas: "*O médico fazia palestras sobre como evitar doenças - a esquistossomose, as amebas, todas estas doenças parasitárias e outras muito comuns: doenças graves na zona da mata, doenças carenciais mesmo; vi crianças, por exemplo, desidratadas que apresentavam quadros terríveis, tipo Bifra; muitos casos. Não tinha dia e hora tal; era preciso estarmos presentes em todos os momentos para aproveitar fatos que merecessem uma reflexão; fazíamos isto no dia a dia.*" Um ambulatório central e instalações mais modestas em cada engenho dispensavam cuidados aos associados diariamente. Este sistema de saúde envolvia vários médicos, um dentista, assim como enfermeiros e uma parteira residente e serviu de modelo para outros projetos, como o de Pindaré Mirim no Maranhão. Os medicamentos básicos eram fornecidos pelo Lafepe.

As orientações dietéticas encontravam-se facilitadas pelo fato das culturas alimentícias terem sido desenvolvidas na cooperativa.⁶⁶ Uma vez os barracões fechados, uma cooperativa de consumo foi organizada para abastecer os associados, com sede principal em Algodoads e vendas abertas em cada engenho. Ela se fornecia na feira do Cabo que, como o comércio da Zona da Mata naquela época, conheceu um florescimento espetacular e único, pois com a aplicação do salário mínimo na região, os canavieiros começaram a poder comprar bens como camas, roupas etc., até então inacessíveis: aumentou de dois para vinte o número de bois abatidos semanalmente para abastecer a feira do Cabo. "*Eles passaram a comer carne!*" comenta Fernando Barbosa.

Organização e tomadas de decisão

Todas as decisões eram tomadas em assembléia, inclusive as financeiras; as discussões então travadas eram consideradas como desejáveis para o bom entrosamento entre associados, e também com a equipe da SUDENE. Constituíam a melhor oportunidade para divulgar informações e contribuir assim à formação e conscientização do coletivo. Os temas variavam da divisão e fiscalização do trabalho até relações externas, a assiduidade dos associados constituindo uma boa medida do interesse dos participantes.

As dificuldades inerentes a uma gestão comunitária surgiam também na organização do trabalho em si, particularmente no que tange à fiscalização das tarefas, verificação que incumbia a outro associado. Do mesmo modo, os associados decidiam livremente das adesões possíveis à sua cooperativa. Um engenho havia se recusado a participar da tentativa, mas depois de seis meses seus habitantes mudaram de opinião; os moradores dos engenhos pioneiros decidiram então que "*eles seriam castigados. O castigo era que naquele ano, não entrariam na cooperativa; só no próximo ano.*"⁶⁷ Esta notável capacidade a se organizar e tentar um empreendimento inédito beneficiava-se da experiência de certos trabalhadores membros das Ligas Camponesas. A criação dos sindicatos nesta época foi considerada como um reforço bem-vindo para a luta, inclusive na forma da dupla militância de certos dirigentes.

Embora o golpe militar tenha impedido qualquer balanço do primeiro ano da cooperativa, mudanças positivas ocorreram nas condições de vida e de trabalho dos membros da cooperativa. Em princípio livres das intimidações e violências patronais, senhores nas suas terras, os trabalhadores dedicaram-se a melhorar suas vidas e os frutos destes esforços apareceram sem tardar.

As relações com os proprietários: a questão das indenizações trabalhistas

Apenas um aspecto é considerado discutível: os proprietários das terras, Rui e Valter Cardoso, "progressistas" e "idealistas" segundo alguns,⁶⁸ responsáveis por atos de intimidação contra trabalhadores que não os distinguiam do comum dos plantadores segundo outros,⁶⁹ fizeram certamente um bom negócio. Com efeito, ao alugar as terras, os trabalhadores rurais tornavam-se parceiros dos seus antigos empregadores e renunciavam de fato às vantagens que a lei lhes concedia em caso de demissão. Socorro Ferraz sublinha que isto provocou a oposição de diversos membros da equipe técnica da SUDENE que não admitiam que a operação se fizesse em detrimento dos direitos adquiridos dos trabalhadores.⁷⁰

Manuel Correia de Andrade lembra, por outro lado, a juventude e falta de experiência dos irmãos Cardoso, seus antigos alunos, e as pressões sofridas "para que não arrendassem as terras dos engenhos" que culminaram numa reunião solene da Cooperativa dos Usineiros: "*Queriam discutir o suicídio da lavoura canavieira, mediante o haraquiri dos 'dois meninos doidos'.*"⁷¹ Rui Cardoso, afirma Antônio Callado, "*não tem velhos brasões a lustrar. Quer produzir e vender sua mercadoria e não vê por que suor de camponês explorado melhore o gosto do açúcar.*"⁷² No entanto, frente a trabalhadores rurais já organizados e um governo (federal e estadual) decidido a fazer respeitar a legislação trabalhista, estes empregadores podem ter aceito mais facilmente a proposta da SUDENE, nos seus próprios termos, "*a melhor solução capitalista para os usineiros.*"⁷³ Além do perdão implícito das dívidas sociais, ganharam financeiramente em flexibilidade para gerir o resto do seu patrimônio, ou seja duas usinas e vários engenhos. Aqueles alugados à Tiriri pertenciam todos à usina Santo Inácio destinada a ser fechada para concentrar a moagem da cana na usina Salgado; a reestruturação da empresa era assim facilitada, sem pôr em risco o abastecimento em cana, assegurado no contrato, nem a propriedade das terras que lhes seriam devolvidas posteriormente. As relações financeiras entre usineiros e cooperativa, durante o curto período que antecedeu o golpe militar, são descritas como rigorosamente corretas de ambas as partes.

3. AS OPINIÕES E O TEMPO

Lendo a imprensa da época e escutando estas testemunhas conclui-se que o empreendimento foi bastante proveitoso para as diversas partes, o que representa precisamente a proposta - para não dizer a aposta - inicial. Esta fase está descrita como "*muito boa para Tiriri*" segundo "*a maioria dos cooperativados*".⁷⁴

Contudo antigos colaboradores do Pe Melo, como Manoel Alves,⁷⁵ presidente da cooperativa após 64, contradizem frontalmente este balanço. Sem qualquer referência a realizações sociais e mantendo um silêncio eloquente sobre o golpe militar, ele considera como período homogêneo e uniformemente catastrófico a época da "gestão da SUDENE" de 1963 a 1968, uma era de "bagunça": "A cooperativa quase faliu; a cota que era de 32.000 passou pra menos de 20.000. Quase fecha."⁷⁶ As causas do declínio são atribuídas não à própria SUDENE que "queria levar a cooperativa pra frente", mas aos "funcionários sem responsabilidade; (...) iam farrar, gastar, estragar." A terminologia é deliberadamente forte mas vaga, sugerindo graves desmandos. Nenhuma menção é feita dos esforços da primeira equipe da SUDENE no sentido de uma melhoria das condições de vida e de trabalho dos membros da cooperativa, nem das perseguições que muitos deles sofreram após o golpe,⁷⁷ pois a mudança dos quadros técnicos - "a SUDENE trocou tudinho" - representava um vão esforço dos escalões superiores da autarquia para corrigir os excessos de subordinados.

O outro fator considerado determinante para o fracasso da Cooperativa durante a fase de trabalho coletivo, sancionada pela intervenção federal de 1968, é a "falta de motivação" dos trabalhadores. Walter Costa Porto justifica a retirada do Pe Melo durante a primeira fase: "Enquanto o idealizador de Tiriri se batia para que cada sócio recebesse uma parcela do solo, trabalhando-a como coisa sua, individual, o órgão técnico impunha a fórmula da 'exploração coletiva', pertencendo o 'todo' à Cooperativa, para a qual o lavrador devia trabalhar como assalariado. No fundo, simples 'troca de padrão': em vez do usineiro ou do senhor de engenho, (...) novo empregador, a Cooperativa." Seguiu-se uma "degringolada" com "queda vertiginosa da produção de cana - que de 30.134 toneladas na safra 63/64, desceu na safra seguinte para 22.708, caindo, sucessivamente para 12.293 e pouco mais de 11.000 nas safras seguintes."⁷⁸

Ignora-se portanto o relativo sucesso que constituiu o resultado obtido na primeira safra (30.134 toneladas), muito próximo das 32.000 toneladas do contrato com a usina, calculado de acordo com um potencial produtivo médio, quando se sabe que qualquer reorganização tende a provocar certa queda na produção. Ignora-se também o golpe militar, e permanece portanto sem explicação a brusca queda de produção que o segue, a não ser pela 'má administração' da SUDENE. A guinada radical na orientação política da própria autarquia, a mudança dos efetivos do pessoal técnico, as perseguições policiais às quais os antigos participantes bem como membros da própria direção⁷⁹ da cooperativa foram submetidos, não teriam

afetado o desempenho da Cooperativa. A mesma análise encontra-se na obra de autores acadêmicos.⁸⁰

Em suma o aspecto econômico, resumido à produção de cana da cooperativa, justificaria a condenação em bloco da experiência. O modo de funcionamento da cooperativa apresentaria apenas aspectos negativos: Walter Costa Porto evoca *"os tempos iniciais, quando os associados ouviam apaticamente as sugestões dos técnicos do governo e nem sabiam exprimir bem as suas tão confusas esperanças."*⁸¹ 'Apáticos e confusos', os membros da cooperativa não poderiam, portanto, ser os agentes de sua própria história, e a gestão e exploração coletiva na cooperativa não passaria de uma *"simples troca de patrão"*. Em contrapartida, a atitude dos proprietários é altamente valorizada: *"O Dr Rui Cardoso era uma pessoa muito boa."*⁸² O papel do Pe Melo é apresentado, a cada etapa, como determinante: *"Pe Melo foi à SUDENE e levou o projeto de formar uma cooperativa."*⁸³

Curiosamente, estas opiniões, expressas a posteriori, entram em contradição com aquelas formuladas na época dos acontecimentos por pessoas no entanto em perfeita consonância política com esses autores e atores. Assim, num tempo em que não se passava um dia sequer sem que o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio* publicassem editoriais e artigos sobre as ameaças comunistas, denunciando o 'perigo vermelho' e divulgassem notícias alarmistas sobre atividades subversivas armadas com apoio estrangeiro, a cooperativa de Tiriri gozava de uma surpreendente áurea de benevolência: tal comentarista habitualmente incisivo, fazia o elogio do estilo adotado por Tiriri: *"calmo, pacífico, dentro da lei";*⁸⁴ ela servia até de contra-exemplo evocado para criticar as Ligas Camponesas e da esquerda em geral, inclusive do Governador do Estado e de sua equipe. Que estes e aquelas apoiassem decisivamente a cooperativa não desarmava os autores. Pois o papel que Tiriri devia desempenhar naquela época tinha algo de exemplar para o estabelecimento de relações harmoniosas entre as classes e não podia ser ameaçado pela simples lógica. O que estava em jogo era crítico demais: tratava-se *"da formação de uma pequena classe média, amortecedor de choque entre patrões e empregados fazendo surgir o grupo dos trabalhadores autônomos, por conta própria, elementos, desta sorte, prontos a defender a ordem leal, a tranquilidade nos campos, a paz e a harmonia entre as comunidades rurais."*⁸⁵ Um editorial qualificava a cooperativa de *"sensata, objetiva e prática";*⁸⁶ achavam-lhe ancestrais em disposições legais portuguesas do século XVI. Enfim, sublinhava-se o aspecto pioneiro da tentativa cujo resultado teria consequências futuras: *"Tudo quanto o poder público fizer em favor da Cooperativa de Tiriri será ainda pouco. Vai-se ensaiar um processo novo, original - pelo menos em nosso*

meio - e se o êxito deste plano piloto se tornar positivo, é possível que outras experiências sejam tentadas, enquanto seu fracasso matará, pela raiz, qualquer novo ensaio na região. Tiriri será, assim, o grande teste, por cujo triunfo todos devemos torcer, pois o problema se reveste de interesse geral."⁸⁷

Poderia-se portanto deduzir deste tratamento diferenciado que a relativa facilidade - organizativa, financeira, jurídica etc. - que marcou o início de Tiriri, deveu-se em parte à visão que se tinha dela como de uma experiência capaz de fornecer um modelo para a resolução da questão social, sobretudo agrária, sem desorganizar a produção nem atingir o direito de propriedade. Ilha de calma na tempestade social e política, objeto de trégua em meio a debates inflamados, ela foi posteriormente carregada de todos os males atribuídos às forças 'subversivas' das quais tinha sido inicialmente distinguida. Os únicos personagens deixados a salvo desta reviravolta foram, obviamente, o Pe Melo e os proprietários que continuaram sendo objetos de muitos elogios.

Ao restabelecer brutalmente a ordem secular, o golpe militar havia selado o destino de todas as inovações em curso. Em matéria de agitação social, real ou suposta, o recurso ao arsenal repressivo clássico tornava supérflua qualquer iniciativa heterodoxa. Tiriri perdeu desta feita sua qualidade protetora de laboratório destinado a testar a fórmula da paz e justiça sociais alcançadas sem mudança na propriedade dos meios de produção. A memória de seus esforços e realizações bem como as aspirações e os objetivos dos seus participantes iniciais, visando além das metas oficiais, foram obliterados da 'história' da Cooperativa, ocultados baixo alusões incriminatórias. Nesta perspectiva, sua redenção viria com a volta do Pe Melo, a parcelização e distribuição das terras assegurando o triunfo da propriedade e produção privadas individuais. A cooperativa entraria então numa segunda etapa - intrinsecamente estranha à primeira - de seu itinerário histórico como modelo de organização da produção na região canaveira, atingindo desta vez o objetivo de fracasso que lhe fora doravante estipulado nas altas esferas; assim era feita a 'prova' da incapacidade dos trabalhadores rurais em gerir a produção. Enquanto isso, as esperanças que haviam sido depositadas neste projeto no momento da criação de Tiriri foram cruelmente destruídas, seus portadores impiedosamente perseguidos e os canaveiros submetidos novamente ao que Paulo Freire chama de "*cultura do silêncio*".

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Joaquim Correia Xavier, *Usina Caxangá: uma experiência de Reforma Agrária*, Recife, 1987 (Relatório CNPq - mimeo).
- ANDRADE, Manuel Correia de, *A Terra e o Homem do Nordeste*, São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980 [1963].
- AZEVEDO, Fernando Antônio, *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BEZERRA, Gregório, *Memórias, Segunda Parte, 1946-1969*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- CALLADO, Antônio, *Tempo de Arraes, A revolução sem violência*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980 [1964].
- CASTRO, Josué de, *Sete palmas de terra e um caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*, São Paulo, Brasiliense, 1969.
- EISENBERG, Peter L., *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FORMAN, Shepard, *Camponeses: sua participação no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GONÇALVES, Fernando Antônio, "Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco", in *Boletim do IJNPS Recife, IJNPS*, 1965, p. 117-173.
- JULIÃO, Francisco, *Cambão (Le Joug) La face cachée du Brésil*, Paris, Maspéro, 1968.
- KATER, Maria das Graças Lins, "O Processo de Transferência dos Agricultores Situados na Área de SUAPE, Pertencentes à Cooperativa de Tiriri", in *Revista de Geografia, UFPE/DCG/NAEG*, Vol. 9, No 1, jan./jul. 1993, p. 67-90.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid et Eduardo Biavati Pereira, "Tiriri: A Cooperativa agrícola-usineira e o processo de diferenciação social entre seus associados" in Vilma Figueiredo org., *Estado, Sociedade e tecnologia agropecuária*, Brasília, Pax, 1989, p. 206-245
- MARIN, Richard, *Dom Helder Câmara, les puissants et les pauvres*, Paris, Ed. de l'Atelier/Ed. Sociales, 1995.
- PAGE, Joseph A., *A Revolução Que Nunca Houve, O Nordeste do Brasil 1955-1964*, Rio de Janeiro, Record, 1989.
- PINTO, Estevão, *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*, Recife, Imprensa Universitária, 1965.
- PORTO, Maria Stella Grossi, "Tiriri: A produção ideológica como produção material", in Vilma Figueiredo org., *Estado, Sociedade e tecnologia agropecuária*, Brasília, Pax, 1989, p. 246-277.

- ¹ PORTO, Walter Costa, "A Abóbada não caiu" Tiriri, a resposta realista, ao desafio do "justo uso da terra", Recife, 1980.
- VILLAR, Valdenice Maria Alves, *O Cooperativismo Camponês e o Estado em un Contexto de Conflito Social: O Caso da Cooperativa Agrícola de Tiriri - Pernambuco*, Brasília, Universidade de Brasília, 1986.

¹ Parte dos dados utilizados para este artigo foram reunidos em colaboração com a geógrafa Jacqueline Grandjean, da Universidade de Reims, a quem apresento meus agradecimentos

² Fernando Antônio Antônio, *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Julião, Francisco: *Cambão (Le Joug) La face cachée du Brésil*, Paris, Maspéro, 1968.

³ Cabo, Palmares, Catende, Bonito, São Lourenço e Paudalho.

⁴ Andrade, Joaquim Correia X., *Usina Coxangá: uma experiência de Reforma Agrária*, Recife, 1987.

⁵ Ver bibliografia.

⁶ Agradeço às seguintes pessoas que gentilmente me concederam entrevistas: Manoel Alves e Amaro Alves, antigos diretores da Cooperativa; Jader de Andrade, economista, Socorro Ferraz, historiadora e Fernando Barbosa, médico, membros da primeira equipe da Sudene; Ulisses Roque da Silva e Severino Domingos de Lima, dirigentes sindicais; Euclides do Nascimento, antigo presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e José Augusto Santana, advogado da FETAPE; Manuel Correia de Andrade, geógrafo e historiador, membro da equipe do primeiro governo Arraes. Entre os ilustres ausentes encontram-se o Pe Melo, pouco inclinado a conceder entrevistas, e Dirceu Pessoa membro da equipe da Sudene que desapareceu no decorrer de uma missão a respeito, precisamente, de Reforma Agrária.

⁷ Discurso no I Congresso Nacional de Trabalhadores do Campo, Belo Horizonte (18.11.1961).

⁸ Eisenberg, Peter L., *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁹ Em particular: *Sete palmas de terra e um caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*, São Paulo, Brasiliense, 1969.

¹⁰ *Jornal do Comércio*, 1.11.1961.

¹¹ *Idem*.

¹² Page, Joseph A., *A Revolução Que Nunca Houve, O Nordeste do Brasil 1955-1964*, Rio de Janeiro, Record, 1989.

¹³ *Idem*, p. 134.

¹⁴ O governo norte americano tentava influir sobre os eventos na região por meio de diversos organismos como a Aliança Pelo Progresso, USAID, etc.

¹⁵ Usado sem aspas, o termo dá uma idéia da banalização sugerida: *Diário de Pernambuco* Clovis Melo (9.2.1962) Cleofas (19.04.1963) ou ainda de Monsenhor Arruda Câmara (6.11.1963).

¹⁶ Andrade, Manuel Correia de, *A Terra e o Homem do Nordeste*, São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980 [1963] p.263.

¹⁷ Rui Carneiro, usineiro, louvando a experiência de Tiriri. *Jornal do Comércio*, 31.07.1963.

¹⁸ *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*, Recife, Imp. Universitária, 1965.

¹⁹ A diversidade das propostas aparece nitidamente nos debates publicados pelo IINPS, in *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*, op. cit.

²⁰ Órgão estadual encarregado de projetos agrícolas e compreendendo um aspecto agrário. Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem do Nordeste*, op.cit., p.260.

²¹ In J.Page, *A Revolução que Nunca Houve*, op.cit., p.100. Ver também o plano proposto (*Diário de Pernambuco*, 5.4.1961) assim como o artigo de Cid Sampaio (1.11.1961).

²² *Diário de Pernambuco*, 1.3.1962, p. 11.

²³ Herdeira da "Great Western Company", empresa ferroviária que tinha comprado 143 ha de mata do Engenho Tiriri para seu abastecimento; uma vez este recurso esgotado, os antigos machadeiros "ficaram morando, consturiram ranchinho lá Entrevista com Manoel Alves. Amaro Alves avalia em torno de 40 o número de famílias.

²⁴ Estatuto do Trabalhador Rural, de 2 de março de 1963 e, em dezembro do mesmo ano, o Acordo do Campo, concluído entre empregadores e empregados agrícolas da zona canavieira.

²⁵ Seu pai, recém falecido, tinha adquirido uma fortuna considerável em atividades urbanas, a compra de usinas e engenhos coroados, de certo modo, este êxito.

²⁶ Os canavieiros tiveram direito ao salário mínimo a partir de março de 1963, ganhando então 450,00 cruzeiros em lugar de aproximadamente 200,00 cruzeiros (menos para as mulheres). BEZERRA, Gregório, *Memórias, Segunda Parte, 1946-1969*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 175. No decorrer do ano, ele chegou a atingir 503 cruzeiros. Antônio Callado, *Tempo de Arraes, A revolução sem violência*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980 [1964], p. 168.

²⁷ Declarações de Valter Cardoso a Antônio Callado, *Tempo de Arraes*, op.cit., p.168.

²⁸ *Diário de Pernambuco*, 31.7.1963.

²⁹ O termo é de Antônio Callado, *Tempo de Arraes*, op. cit., p. 164.

³⁰ *Jornal do Comércio*, 27.7.1963.

³¹ *Jornal do Comércio*, 12.11.1961. Socorro Ferraz e Fernando Barbosa confirmam sua grande influência sobre os camponeses do Cabo, inclusive sobre o sindicato.

³² A encíclica "Mater et Magistra".

³³ *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*, op. cit., p. 89.

³⁴ Conferência no Instituto Joaquim Nabuco, in *O Problema Agrário*, op.cit. p.81-90.

³⁵ *Jornal do Comércio*, 25.04.1963.

³⁶ *Diário de Pernambuco*, 27.4.1963.

³⁷ *Ibid*.

³⁸ *O Problema Agrário na Zona Canavieira*, op.cit., p.86 e 87 e Manuel Correia de Andrade, *A Terra e O Homem do Nordeste*, op. cit., p.261

³⁹ *Jornal do Comércio*, 31.07.1963.

⁴⁰ *Diário de Pernambuco*, 31.07.1963.

⁴¹ Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem do Nordeste*, op. cit., p. 260 e *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco* op. cit.

⁴² Ele foi Secretário da Agricultura.

⁴³ Gregório Bezerra, *Memórias*, op. cit., p. 174.

⁴⁴ Alguns membros ou simpatizantes do Partido Comunista, atuavam na região antes mesmo da intervenção da Sudene, com o apoio de Gregório Bezerra, figura eminente na Mata Sul. Entrevista com Socorro Ferraz e Fernando Barbosa.

⁴⁵ *Jornal do Comércio*, 31.07.63.

⁴⁶ Discurso aos portuários do Recife, *Diário de Pernambuco*, 31.07.63.

⁴⁷ Entrevista com Manoel Alves.

⁴⁸ Apresentadas no filme "Jango" de Ivan Tandler, de 1985.

⁴⁹ Este seguiu os quatro pioneiros na Cooperativa, os trabalhadores do engenho Tabatinga recusaram-se a participar da experiência.

⁵⁰ Este número é dado por Valdenice Villar, *O Cooperativismo Camponês e o Estado em um Contexto de Conflito Social*, op.cit., p.24 e Maria Stella Grossi Porto, "Tiriri: A produção ideológica como produção material", op.cit. p.251. Segundo alguns entrevistados, o número acabou sendo muito maior, em torno de 1.000 famílias. O deputado estadual Paulo Rangel mencionava 3.000 famílias. *Diário de Pernambuco*, 07.08.63.

⁵¹ Cláusula nona, in Callado, Antônio, *O Tempo de Arraes*, op. cit., apêndice, p.V

⁵² Mais ou menos a metade dos trabalhadores rurais, segundo o empregador que sugeriu a sua emigração, providenciada pela Sudene, para um projeto de desenvolvimento rural no Maranhão. *O Tempo de Arraes*, op. cit., p. 170. *Jornal do Comércio*, 17.07.63.

⁵³ Entrevista com Jader Andrade.

⁵⁴ Entrevista com Socorro Ferraz.

⁵⁵ Antônio Callado, *Tempo de Arraes*, op. cit. p. 174.

⁵⁶ Entrevista com Socorro Ferraz.

⁵⁷ Deputado e dirigente das Ligas Camponesas.

⁵⁸ Entrevista com Jader de Andrade.

⁵⁹ Entrevista com Jader de Andrade. Antônio Callado, *Tempo de Arraes*, op.cit., p.174.

⁶⁰ Entrevistas com Jader de Andrade e Socorro Ferraz.

⁶¹ Entrevista com Jader de Andrade.

⁶² Entrevista com Socorro Ferraz.

⁶³ O código do vestuário, o tipo de relações entre homens e mulheres (inclusive entre paciente e médico) tinham que obedecer às normas habituais dos camponeses sob pena de recusa.

⁶⁴ Entrevista com Socorro Ferraz.

⁶⁵ Jader de Andrade menciona inúmeros problemas com bancos oficiais.

⁶⁶ As cláusulas 22 e 25 do contrato de locação garantiam esta possibilidade sem ônus suplementar para a Cooperativa.

⁶⁷ Entrevista com Jader de Andrade.

⁶⁸ Page considera sua adesão firme a uma estratégia governamental levada a cabo por técnicos conhecidos por suas simpatias progressistas. *A Revolução que Nunca Houve*, op.cit., p.199.

⁶⁹ Entrevista com Socorro Ferraz.

⁷⁰ Em particular Teodelina Amado. O contrato estipula as responsabilidades futuras da cooperativa para com seus associados (cláusula 11; a cláusula 27 desobriga a usina) e passadas da usina apenas com "seus atuais empregados da administração dos engenhos arrendados, bem como os atuais responsáveis pelos armazéns conhecidos como 'barracões.'" in Callado, Antônio, *Tempo de Arraes*, Apêndice, p. iv e v.

⁷¹ *O Tempo de Arraes* op.cit., p.170. Represalhas após o Golpe de Estado lhes custaram finalmente sua empresa açucareira. Entrevista com Manuel Correia de Andrade.

⁷² Callado, Antônio, *O Tempo de Arraes* op.cit., p.163.

⁷³ Rui Cardoso, citado in *O Tempo de Arraes*, op.cit., p.170, ganhou votos de congratulação e de aplausos na Assembleia Legislativa (*Diário de Pernambuco* 7.8.63); a popularidade que Tiriri lhe valeu, o fez se eleger

prefeito de Ipojuca, município vizinho do Cabo, onde está situada a usina Salgado. *Diário de Pernambuco* de 9.8.63 sobre sua campanha "nos braços dos camponeses".

⁷⁴ Porto, Maria Stella Grossi, "Tiriri: A produção ideológica como produção material", op. cit., p.252 citando o relatório de Kütchemann, B.A. e Biavati E., *Os novos produtores de cana-de-açúcar - A cooperativa de Tiriri/PE*, Relatório FINEP, Brasília, 1987 (mimeo).

⁷⁵ Filho do barraqueiro do Engenho Massangana, ele foi cabo de engenho e barraqueiro.

⁷⁶ Entrevista com Manoel Alves

⁷⁷ Manoel Alves cita a ação repressiva para elogiar o Pe Melo que "ficou com o exército, no carro do exército, soltando muita pessoa que foi presa e não merecia ser presa."

⁷⁸ Walter Costa Porto, "A Abóbada não caiu" Tiriri, a resposta realista, ao desafio do "justo uso da terra" Recife, 1980, p. 9.

⁷⁹ Quase todos foram presos, bem como foram perseguidos sindicalistas, membros das Ligas e militantes de esquerda em geral, sem falar do governador do Estado, do superintendente da Sudene e do presidente da República.

⁸⁰ Kater, Maria das Graças Lins, "O Processo de Transferência dos Agricultores Situados na Área de SUAPE, Pertencentes à Cooperativa de Tiriri", in *Revista de Geografia, UFPE/DCG/NAEG*, Vol. 9, No 1, jan/jul. 1993, p.67-90.

⁸¹ Walter Costa Porto, "A Abóbada não caiu", op.cit., p.6.

⁸² Entrevista com Manoel Alves

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ *Periscópio*, *Diário de Pernambuco*, 31.07.1963.

⁸⁵ *Diário de Pernambuco*, 02.08.63.

⁸⁶ *Diário de Pernambuco*, 31.07.63.

⁸⁷ *Ibid*.